LETÍCIA CAROLINE MININEL

Deveres pós-contratuais

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Francisco Paulo De Crescenzo Marino

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo

2017

LETÍCIA CAROLINE MININEL

Deveres pós-contratuais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito na área de concentração de Direito Civil sob a orientação do Professor Doutor Francisco Paulo De Crescenzo Marino.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

MININEL, Letícia Caroline

Deveres pós-contratuais / Letícia Caroline Mininel; orientador Professor Doutor Francisco Paulo De Crescenzo Marino. – São Paulo, 2017.

169 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Versão original

1. Direito civil. 2. Relação obrigacional complexa. 3. Deveres laterais. 4. Deveres de proteção. 5. Boa-fé objetiva. I. Marino, Francisco Paulo de Crescenzo, orient.
II. Título.

MININEL, Letícia Caroline. *Deveres pós-contratuais*. 2017. 169 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Professor Doutor _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Professor Doutor _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Professor Doutor _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço aos meus pais e à minha irmã pelo carinho, apoio e compreensão incondicionais. Sem eles e a sua disposição em dar-me a tranquilidade necessária para que eu pudesse deixar sua companhia, a conclusão deste trabalho não teria sido possível.

De igual forma, agradeço ao Luis Alberto, além do amor, paciência e apoio na conclusão dessa jornada, pela instigação à reflexão, pelos vários debates sobre o tema, assim como pelas revisões do texto.

Não poderia deixar de agradecer ao Hélio Eduardo que, sem a necessidade de explicação, sempre compreendeu as minhas ausências do escritório. Agradeço por todo o incentivo oferecido aos meus estudos e pela leitura atenta de versão preliminar desta dissertação.

Agradeço também ao meu orientador, Professor Doutor Francisco Paulo De Crescenzo Marino, pela oportunidade e pela orientação na elaboração deste trabalho. Agradeço outrossim aos Professores Doutores Claudio Luiz Bueno de Godoy e Juliana Krueger Pela pelas observações feitas no exame de qualificação, as quais certamente contribuíram para esta versão final.

Por fim, agradeço aos bibliotecários da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na pessoa da bibliotecária Raquel Lima que sempre demonstrou incomparável disposição em auxiliar-me nas pesquisas bibliográficas.

RESUMO

MININEL, Letícia Caroline. *Deveres pós-contratuais*. 2017. 169 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A relação obrigacional, considerada em sua complexidade, é composta não apenas por deveres de prestar – os deveres principais e secundários –, mas também por deveres de conduta – os deveres laterais e de proteção. Sua dinamicidade, ao seu turno, implica a permanência ou o surgimento desses últimos deveres após a extinção daqueles. Nesta dissertação, são justamente estudados os deveres que hão ser cumpridos pelas partes após a extinção da principal atividade exigida do devedor. A esses deveres dá-se o nome de deveres pós-contratuais e o seu adimplemento é necessário para que possam ser integralmente satisfeitos os interesses do credor na relação contratual. Para que fosse possível delinear um panorama geral dos deveres pós-contratuais, dedicamo-nos, inicialmente, a conceitua-los e, nesse caminho, analisamos os seus fundamentos (determinações contratuais ou legais expressas, assim como a integração proporcionada pela aplicação do princípio da boa-fé objetiva), bem como as suas funções (manutenção da finalidade alcançada pelo credor com a relação contratual e proteção das partes – e de terceiros relacionados a elas ou ao objeto contratual – física, moral e patrimonialmente de interferências danosas da contraparte). Alcançado o conceito de deveres pós-contratuais, passamos à construção de sua tipologia, como medida necessária especialmente para a concretização dos deveres impostos pelo princípio da boa-fé objetiva. Também foi objeto de especial estudo o descumprimento dos deveres pós-contratuais. Nesse âmbito, foi definido o regime da responsabilidade aplicável à sua violação, e foram examinadas as formas e as consequências de seu inadimplemento.

Palavras-chave: Relação obrigacional complexa. Relação obrigacional dinâmica. Interesse à prestação. Interesse à proteção. Deveres de conduta. Deveres laterais. Deveres de proteção. Deveres pós-contratuais. Responsabilidade pós-contratual. Boa-fé objetiva.

ABSTRACT

MININEL, Letícia Caroline. *Post-contractual duties*. 2017. 169 p. Dissertation (Master in Law) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The obligational relationship, if considered in its full complexity, is composed not only of the duties of performance – the main and secondary duties – but is also composed of duties of conduct – the ancillary and protection duties. The dynamic character of the obligational relationship implies that the ancillary and the protection duties may persist or even arise after the duties of performance are satisfied. In this dissertation, we analyze the duties that must be fulfilled under a contract after the main performances have been delivered by the debtor. Such duties are named post-contractual duties, and their performance is required in order to give full satisfaction to the creditor's interest in the contract. In order to delineate a general outlook of the post-contractual duties, we dedicated ourselves to provide a definition and to analyze their basis (contractual or statutory provisions or even the effect of the normative integration operated by the principle of objective good faith), as well as their functions (preservation of the objective pursued under the contract and protection of the contracting parties – and third parties who are related to the latter or with the object of the agreement – against detrimental interference in a physical, moral and patrimonial level). Once the post-contractual duties were defined, we have studied their categories, as a necessary step in order to provide a concrete meaning to the duties imposed by the principle of objective good faith. This dissertation also studies the breach of the post-contractual duties. In this regard, the dissertation explores the liability regime applicable to their breach and the species and consequences of the failure to comply with such post-contractual duties.

Keywords: Complex obligational relationship. Dynamic obligational relationship. Performance interest. Protection interest. Duties of conduct. Ancillary duties. Protection duties. Post-contractual duties. Objective good faith.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PREMISSAS TEÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DOS DEVERES PÓS-CONTRATUAIS.....	17
	2.1 Relação obrigacional	17
	2.2 Tipologia dos deveres obrigacionais	21
	2.3 Parâmetros determinantes da incidência diferenciada da boa-fé objetiva nas relações obrigacionais	28
3	CONSTRUÇÃO DA TEORIA DOS DEVERES PÓS-CONTRATUAIS	39
4	CONCEITO DE DEVERES PÓS-CONTRATUAIS	49
	4.1 Critérios unificadores dos deveres pós-contratuais	49
	4.1.1 Critério qualitativo: espécies de deveres pós-contratuais	49
	4.1.2 Critério temporal: momento em que os deveres pós-contratuais são exigíveis	51
	4.2 Fundamentos dos deveres pós-contratuais	60
	4.3 Funções dos deveres pós-contratuais	72
	4.4 Razoabilidade na imposição dos deveres pós-contratuais.....	73
	4.5 Relevância do modo de extinção dos deveres de prestar	77
	4.6 Conclusão parcial	81
5	TIPOLOGIA DOS DEVERES PÓS-CONTRATUAIS	87
6	NATUREZA DA RESPONSABILIDADE PÓS-CONTRATUAL	97
	6.1 Responsabilidade contratual e extracontratual	98
	6.2 Responsabilidade pós-contratual: um espelho da responsabilidade pré-contratual?	103
	6.3 Origem dos deveres pós-contratuais.....	106
	6.4 Conclusão parcial	108
7	FORMAS DE INADIMPLEMENTO DOS DEVERES PÓS-CONTRATUAIS	117
	7.1 Mora (e violação positiva do contrato?).....	118
	7.2 Inadimplemento definitivo	131

8	CONSEQUÊNCIAS DO INADIMPLEMENTO DOS DEVERES PÓS-CONTRATUAIS	135
8.1	Execução específica ou pelo equivalente	137
8.2	Indenização por perdas e danos	141
8.3	Resolução.....	143
9	CONCLUSÕES.....	151
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159

1 INTRODUÇÃO

Assunto pouco abordado pela doutrina brasileira, o objeto desta dissertação são os deveres a serem cumpridos pelas partes contratantes após o que se convencionou chamar de “extinção do contrato”¹, isto é, a extinção dos deveres de prestar compreendidos na relação contratual.

Se um parceiro comercial decide se retirar da parceria, ele não está obrigado a cumprir mais nenhum dever decorrente dessa relação contratual? Atingido o termo final de um contrato de franquia, o franqueado pode abrir um estabelecimento comercial para explorar a mesma atividade que exercia anteriormente? Efetuada a venda de um produto, o vendedor deixa de ter deveres perante o comprador? Concluído o projeto de engenharia que o empreiteiro se obrigara a desenvolver, ele pode revelar a terceiros, ou mesmo utilizar por si só, as informações de produção do dono da obra às quais teve acesso?

Esses exemplos induzem a reflexão sobre a existência na relação contratual de deveres diversos daqueles que constituem a principal atividade exigida do devedor e que, no mais das vezes, permitem a identificação do tipo contratual.

Para além dos deveres de prestar, na relação contratual, há deveres que visam a otimizar ou a garantir o seu cumprimento (são os deveres laterais), e outros que objetivam proteger as partes e terceiros de danos que a relação contratual possa potencializar (são os deveres de proteção²). Trata-se, como veremos, dos deveres de conduta³, os quais, na fase pós-contratual, são estudados sob as rubricas de *pós-eficácia das obrigações*, *deveres post pactum finitum*, e *deveres pós-contratuais*.

¹ Colocamos a expressão *extinção do contrato* entre aspas, pois, tendo em vista a noção de relação obrigacional complexa, não parece possível sustentar a afirmação de que o adimplemento dos deveres principais de uma relação contratual implica sua completa extinção. Caso contrário, chegaríamos ao paradoxo contido na afirmação de que os deveres pós-contratuais “decorrem do contrato, mas retiram sua eficácia do desaparecimento do contrato” (BLANC-JOUVAN, Guillaume. *L’après-contrat. Étude à partir du droit de la propriété littéraire et artistique*. Aix-Marseille: Presses Universitaires d’Aix-Marseille, 2003, p. 47. Tradução livre da autora a partir de: “elles sont issues du contrat, mais elles tirent leur efficacité de sa disparition”).

² A proteção, como teremos a chance de explorar, não está restrita ao âmbito contratual. É certo que os deveres de proteção podem visar a proteger contra riscos tipicamente conexos à execução do contrato, como é o caso do dever de alertar sobre os riscos relacionados ao uso do produto vendido, por exemplo; assim como podem proteger contra riscos decorrentes da execução defeituosa da prestação devida, como, por exemplo, o dever de informar sobre a existência de defeito no bem vendido. Mas a proteção também pode visar a evitar danos desvinculados da execução contratual, como é o caso do dever extracontratual de proteção que precisa ser observado pela parte que, durante a execução de um contrato, ocasionalmente tem contato com informações sigilosas. Sobre essas possibilidades, confira-se FRADA, Manuel A. Carneiro da. *Contrato e deveres de proteção*. Coimbra: Coimbra, 1994, p. 144-154.

³ Apesar de os deveres de conduta poderem ser eficazes também após a extinção parcial de outras relações obrigacionais, diante da necessidade de circunscrever um campo a ser suficientemente explorado, optamos por restringir nosso estudo ao campo contratual.

Cada um desses termos contém uma elipse. *Pós-eficácia das obrigações* designa o fato de haver obrigações eficazes após a extinção dos deveres de prestar da relação contratual. As expressões *deveres post pactum finitum* e *deveres pós-contratuais*, da mesma forma, designam deveres cuja eficácia se manifesta após a extinção da relação contratual, considerada apenas no que diz respeito aos deveres de prestar.

Apesar de essas expressões não serem excludentes, nenhuma delas designa com precisão o instituto que será estudado neste trabalho. Não obstante, à falta de uma denominação técnica, adotaremos o termo *deveres pós-contratuais* pela sua consagração em língua portuguesa e pelo fato de ele deixar claro que se trata de deveres cuja eficácia se manifesta após o que, comumente, considera-se ser o contrato (os deveres de prestar).

Identificados e delimitados tais deveres, somos levados a examinar a qual regime de responsabilidade está sujeito o seu descumprimento⁴, assim como quais são as formas e as consequências desse descumprimento.

Para atingir esses objetivos, iniciaremos pelo estudo de alguns temas de Teoria Geral das Obrigações que fornecerão os subsídios essenciais para a compreensão e a construção do objeto desta dissertação⁵. Assim, analisaremos as noções de relação obrigacional simples e estática e relação obrigacional complexa e dinâmica, a tipologia dos deveres que compõem a relação obrigacional, e como a boa-fé objetiva pode ter incidências diferenciadas nas relações obrigacionais e, dessa forma, implicar deveres de conduta mais ou menos rigorosos.

No terceiro capítulo do trabalho, passaremos a descrever como se deu a construção da teoria dos deveres pós-contratuais, atentando para o seu surgimento no direito alemão e desenvolvimento no direito brasileiro.

Importará, então, proceder à construção do conceito de deveres pós-contratuais. Com essa finalidade, estudaremos os critérios que permitem unificar deveres sob essa rubrica, os

⁴ Não desconsideramos que a responsabilidade, em um de seus sentidos, diz respeito a um dos vínculos que compõem a relação obrigacional desde o seu início, o vínculo de garantia, consagrado em língua alemã como *haftung*. Nesse sentido, Emilio Betti esclarece que, no âmbito da relação obrigacional, a responsabilidade é o vínculo caracterizado pelo perigo de perder um bem para a satisfação da contraparte por conta da não obtenção do que era esperado ou obtenção do que se deveria evitar, vínculo esse existente previamente ao inadimplemento (BETTI, Emilio. *Teoria general de las obligaciones*. Traducción y notas de derecho español por José Luis de Los Mozos. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1969, tomo I, p. 255-256, 262). Não obstante, o que examinaremos neste trabalho é o regime de responsabilidade aplicável para indenizar a vítima do inadimplemento.

⁵ Na verdade, diante da escassez de material específico sobre os deveres pós-contratuais, foi na Teoria Geral das Obrigações onde constantemente buscamos pontos de apoio para tentar avançar o conhecimento sobre o assunto explorado neste trabalho. Na doutrina brasileira, o estudo dos deveres pós-contratuais, quando existente, é frequentemente feito de modo superficial, limitando-se a parafrasear o que se encontra em certa doutrina estrangeira.

fundamentos e as funções desses deveres, a razoabilidade demandada para a sua imposição, e a relevância do modo de extinção dos deveres de prestar sobre a eficácia desses deveres.

No que diz respeito aos fundamentos, os deveres pós-contratuais podem estar previstos na legislação, podem decorrer da autonomia da vontade das partes, ou ainda podem ser fruto da função integrativa da boa-fé. A bem da verdade, seja qual for o fundamento, esses deveres são pós-contratuais por conta do momento em que produzem seus efeitos, isto é, a fase da relação contratual em que podem ser exigidos. O marco temporal faz com que eles tenham independência em relação aos deveres de prestar, demandando um estudo individualizado.

Nesse contexto, chama sobremaneira a atenção os deveres fundados na boa-fé objetiva, pois, nessa hipótese, a identificação do surgimento do dever pós-contratual demanda a interpretação da relação obrigacional, bem como a análise das circunstâncias do caso.

A previsão de um dever pós-contratual na lei não causa maiores indagações a respeito de sua aplicação. Tratar-se-á de mera subsunção do caso concreto à norma. É o que se verifica na previsão contida no artigo 1.147 do Código Civil brasileiro, o qual determina que, após a alienação de estabelecimento comercial, o vendedor não poderá fazer concorrência ao comprador durante cinco anos, a menos que haja autorização expressa. A hipótese é clara: efetuada a venda, surge para o vendedor um dever negativo eficaz após o adimplemento das prestações principais do contrato de compra e venda.

Também no caso de dever pós-contratual previsto no contrato, não há questionamento a respeito de sua aplicação. A menos que haja algum vício na previsão, seus efeitos estarão simplesmente submetidos a um termo suspensivo: o cumprimento dos deveres principais e secundários.

Já no caso dos deveres pós-contratuais fundados na boa-fé objetiva, há necessidade de examinar outros aspectos de modo a proceder à integração do contrato. Daí a necessidade de estudarmos, preliminarmente, os parâmetros determinantes de incidências diferenciadas da boa-fé objetiva nas relações obrigacionais e, conseqüentemente, da criação de deveres de conduta nessas relações; assim como de especificarmos os deveres decorrentes da boa-fé objetiva na fase pós-contratual.

No quinto capítulo, então, será examinada a tipologia dos deveres pós-contratuais, de modo a concretizar o seu exame e classificar as suas espécies.

A partir do sexto capítulo, estudaremos o descumprimento dos deveres pós-contratuais⁶. Partindo da natureza da responsabilidade pós-contratual, deter-nos-emos na diferenciação entre as duas categorias tradicionais de responsabilidade quanto à fonte do dever violado (contratual e extracontratual), assim como na possibilidade de a responsabilidade pós-contratual ser simétrica à responsabilidade pré-contratual, e na origem dos deveres pós-contratuais. Por fim, estudaremos, então, as formas e as consequências do inadimplemento dos deveres pós-contratuais.

⁶ Nessa matéria, trataremos de todos os deveres eficazes na fase pós-contratual independentemente de seu fundamento, pois entendemos que, exceto nas hipóteses em que o contrato ou a lei prevejam alguma especificidade, o regime de seu descumprimento é indistinto.

9 CONCLUSÕES

1. O estudo da relação obrigacional em função de sua complexidade e de seu dinamismo permite a identificação dos deveres pós-contratuais. A complexidade da relação obrigacional decorre do fato de ela ser composta por vários vínculos, incluindo deveres, direitos, faculdades, pretensões, poderes, sujeições, imunidades e ônus, os quais, mais do que serem meramente somados, formam uma unidade estrutural e funcional. O dinamismo, por sua vez, designa o fato de a relação obrigacional, durante o seu desenvolvimento direcionado para o adimplemento, estar sujeita a modificações que podem alterar os vínculos que a compõem, mas não afetam a sua essência.

2. Tendo em vista que a relação obrigacional é polarizada para o adimplemento, isto é, visa à mais completa e adequada satisfação dos interesses do credor, sua natureza complexa e dinâmica implica a existência de variados deveres, de cuja integral extinção depende a extinção da própria relação obrigacional. Daí ser possível admitir situações em que, embora alguns deveres – os deveres de prestar – tenham sido extintos, permaneçam ou surjam outros deveres – os deveres de conduta – a serem cumpridos pelas partes.

3. Os interesses que se objetiva satisfazer com a relação obrigacional são divididos em interesses à prestação e interesses à proteção. Os primeiros têm em consideração a prestação a ser recebida pelo credor e os segundos levam em conta a proteção a ele devida.

4. Submetidos ao interesse à prestação estão (a) os deveres de prestação (a.1) principais e (a.2) secundários; e (b) os deveres laterais aos deveres de prestação. Por outro lado, submetidos ao interesse à proteção estão (c) os deveres de proteção – física, moral e patrimonial – das partes contratantes e de terceiros que tenham relação com elas ou com o objeto do contrato. Os deveres de prestação principais e secundários podem ser designados de deveres de prestar. E os deveres laterais e os deveres de proteção, por sua vez, podem ser designados de deveres de conduta.

5. Os deveres de prestação principais compõem o núcleo da relação obrigacional e são a principal atividade exigida do devedor. Já os deveres de prestação secundários complementam os deveres principais, servindo funcionalmente ao alcance do seu adimplemento. Os deveres secundários podem ser acessórios, os quais objetivam preparar

ou assegurar a perfeita realização da prestação principal, ou autônomos, os quais são eficazes quando falha o programa obrigacional e podem ter função supletiva ou substitutiva da prestação principal.

6. Os deveres laterais visam tanto a otimizar o cumprimento satisfatório dos deveres principais, como a garantir a manutenção dessa situação. E os deveres de proteção objetivam proteger as partes e terceiros próximos delas ou do objeto contratual contra danos potencializados pela relação obrigacional.

7. Para construir o conceito de deveres pós-contratuais, fez-se necessário recortar os critérios que permitem a unificação de deveres sob essa rubrica. Trata-se dos critérios qualitativo e temporal.

8. Qualitativamente os deveres pós-contratuais são deveres laterais e deveres de proteção, haja vista poderem ser exigidos independentemente da exigibilidade dos deveres de prestar, os quais necessariamente estão extintos quando se inicia a fase pós-contratual. Como os deveres laterais têm dentre seus objetivos a conservação da situação benéfica atingida com o adimplemento dos deveres principais e secundários, sob pena de frustrar-se a finalidade da relação obrigacional, tais deveres podem ser exigidos na fase pós-contratual. Já os deveres de proteção podem ser exigidos na fase pós-contratual, pois a proteção necessária em função do contato aproximado a que as partes se submeteram não se extingue assim que são extintos os deveres de prestação.

9. No âmbito temporal, os deveres pós-contratuais são exigíveis após a extinção dos deveres principais e secundários, no momento previsto em lei ou no contrato, ou no momento que for condizente com a natureza da prestação, as circunstâncias do caso e os usos.

10. No caso dos deveres laterais pós-contratuais, a exigibilidade variará conforme o tipo de dever em questão. Em se tratando de deveres de sigilo e não concorrência, não havendo previsão, a exigibilidade é concomitante à extinção dos deveres de prestar. Já no caso dos deveres pós-contratuais de assistência e informação, a inexistência de previsão quanto à sua exigibilidade, implica seu deslocamento para o momento em que a conduta do devedor faz-se necessária ao credor, e o momento em que o devedor passa a ter conhecimento da informação devida ao credor, respectivamente.

11. No caso dos deveres de proteção pós-contratuais, a exigibilidade poderá ser concomitante à extinção dos deveres de prestar ou posterior, a depender se o caso demanda dever geral ou pontual de proteção.

12. Apesar de ser corrente a afirmação de que os deveres de conduta fundados na boa-fé só podem ser identificados em vista de situações concretas específicas e formulados *ex ante* de modo genérico, é possível, a partir da análise dos casos apreciados pelos tribunais, daqueles abordados pela doutrina, e de casos concretos em particular, antever, em boa medida, alguns dos deveres pós-contratuais. Não se justifica, portanto, a afirmação de que previamente ao seu inadimplemento há total indeterminação desses deveres.

13. Quanto ao termo final da exigibilidade dos deveres pós-contratuais, a previsão também pode ser legal, contratual, decorrer da natureza do dever, ou depender da aplicação do princípio da razoabilidade.

14. Os deveres pós-contratuais podem estar fundados na legislação, como é o caso do dever lateral previsto no artigo 1.147 do Código Civil brasileiro no sentido de que o alienante, não havendo autorização expressa, não deve concorrer com o adquirente de estabelecimento comercial; no contrato, como o dever de sigilo previsto em cláusula contratual para ser eficaz após a extinção dos deveres de prestar; ou na boa-fé objetiva. O princípio da boa-fé objetiva constitui-se, assim, como princípio informador dos deveres pós-contratuais, e, nessa medida, seu fundamento mediato, mas não o único fundamento.

15. Na fase pós-contratual, pode haver integração por meio da concretização do princípio da boa-fé objetiva que atua tanto sob um aspecto negativo, como sob um aspecto positivo, e dá origem a deveres laterais e a deveres de proteção. A boa-fé, portanto, impõe às partes deveres de conduta tanto no sentido de omitir ações que possam eliminar ou reduzir as vantagens obtidas com a relação obrigatória, como no sentido de adotar comportamentos que mantenham a finalidade contratual já alcançada. Trata-se dos deveres laterais pós-contratuais. Impõe também deveres de conduta positivos e negativos que objetivam proteger a contraparte em si e seu patrimônio: os deveres de proteção pós-contratuais.

16. Os deveres pós-contratuais têm duas funções: manter a finalidade alcançada pelo credor com a relação contratual, de modo a não frustrar o fim do contrato, nem diminuir as

vantagens com ele obtidas; e proteger as partes contra danos potencializados pela aproximação decorrente da relação contratual. Trata-se das funções dos deveres laterais e de proteção pós-contratuais, respectivamente.

17. Os deveres pós-contratuais devem ser impostos de acordo com a razoabilidade, a qual é aferida por meio (a) da existência de um interesse legítimo na exigência do cumprimento de um dever pela outra parte, (b) da existência de limitação temporal e espacial desse dever, e (c) da existência de proporcionalidade, concretizada pela impossibilidade de criação de um desequilíbrio em favor do credor e pela adoção da prevenção estritamente necessária contra os riscos antevistos pelo credor.

18. O modo de extinção dos deveres de prestar não determina a existência ou não de deveres pós-contratuais, mas tem relevância para a determinação da espécie de dever que poderá ser eficaz na fase pós-contratual. Ocorrendo adimplemento dos deveres de prestar, poderão ser eficazes pós-contratualmente tanto deveres de proteção como deveres laterais. Já no caso de haver invalidade ou inadimplemento dos deveres de prestar, deveres de proteção poderão ser eficazes pós-contratualmente, mas não deveres laterais, pois esses visariam a assegurar a manutenção da finalidade visada com a relação contratual, a qual nem foi atingida.

19. Pode-se conceituar os deveres pós-contratuais como deveres de conduta que se tornam ou se mantêm eficazes após a extinção parcial da relação contratual – extinção no que respeita aos deveres principais e secundários – e cujas funções são manter a finalidade alcançada com o adimplemento dos deveres de prestar e proteger as partes contra danos que a relação contratual pode potencializar.

20. A partir de sua finalidade, os deveres pós-contratuais podem ser divididos em duas categorias: (a) deveres de cooperar, e (b) deveres de proteger. Os deveres de cooperação impostos pela boa-fé são orientados pela probidade e qualificados pelo objetivo de ser alcançado e mantido o adimplemento satisfatório. E os deveres de proteção visam a fazer com que as partes não provoquem danos umas às outras.

21. Em alguns casos, pode haver sobreposição entre os deveres de cooperar e os deveres de proteger, pois os inúmeros deveres concretos a serem observados na fase pós-contratual podem fazer parte ora de um tipo, ora de outro, ou ainda dos dois simultaneamente.

22. Para que seja possível falar em completo adimplemento contratual, é necessário que sejam satisfeitos os interesses à prestação e à proteção, e, portanto, sejam cumpridos os deveres principais e secundários, assim como os deveres laterais e de proteção.

23. Enquanto os ilícitos que estão na origem da responsabilidade contratual são específicos e estão situados no âmbito da relação contratual (isto é, dizem respeito ao descumprimento de eras específicas dirigidas às partes contratantes), os ilícitos extracontratuais decorrem do descumprimento do dever de *neminem laedere* (não lesar ninguém), segundo o qual todas as pessoas devem abster-se de injustamente causar prejuízos umas às outras.

24. A responsabilidade contratual diz respeito aos danos causados em virtude do descumprimento, ou do mau cumprimento dos deveres contratuais de prestar, assim como aos danos decorrentes do descumprimento ou do mau cumprimento dos deveres de conduta. Isso porque esses também são deveres de origem contratual e compõem o complexo grupo de deveres integrantes da relação contratual.

25. Entendemos que têm origem contratual tanto os deveres pós-contratuais previstos no contrato e aqueles contemplados em dispositivos legais cogentes, como os deveres pós-contratuais fundados na boa-fé objetiva. Nesse último caso, cremos que, na medida em que a boa-fé objetiva constitui um padrão de conduta contratual (artigo 422 do Código Civil brasileiro), os deveres nela fundados estão implicitamente contemplados no conteúdo do contrato.

26. Quanto à responsabilidade pelo descumprimento dos deveres pós-contratuais, há três correntes que disputam a sua origem: extracontratual, contratual, e *sui generis*. Para aqueles que entendem que a responsabilidade seria extracontratual, o dano decorrente do descumprimento do dever pós-contratual estaria apenas indiretamente ligado à relação contratual. Já para aqueles que entendem que a responsabilidade seria contratual, a premissa adotada é de que o contrato compreende tanto deveres primários e secundários como deveres laterais e de proteção, de modo que a violação desses últimos também configuram ilícitos contratuais. Por último, os defensores de uma terceira via de responsabilização, defendem a responsabilização fundada na confiança existente entre as partes contratantes.

27. Filiamo-nos à corrente que defende a aplicação do regime da responsabilidade contratual ao descumprimento dos deveres pós-contratuais, pois os deveres de conduta pós-contratuais são deveres específicos direcionados aos contratantes e que implicam a manutenção do contato negocial especialmente qualificado para assegurar a finalidade e a higidez da relação obrigacional, assim como das partes.

28. Na fase pós-contratual, alguns deveres de proteção podem estar diretamente conectados à relação contratual, enquanto outros estarão apenas indiretamente ligados a ela. Esses deveres de proteção indiretamente ligados à relação contratual são ocasionais e se aproximam mais dos deveres de proteção extracontratuais, sendo, por isso, tutelados pela responsabilidade extracontratual.

29. Tendo em vista a existência de inadimplemento sempre que os deveres descumpridos decorrem do vínculo obrigacional, é possível afirmar que o descumprimento dos deveres pós-contratuais configura inadimplemento.

30. No direito brasileiro, a mora abrange tanto o atraso temporal como o cumprimento que não observe o lugar e a forma estabelecidos. O termo “forma” presente no artigo 394 do Código Civil brasileiro indica que a prestação devida deve ser realizada por meio do modo que proporcione a satisfação dos interesses do credor, conforme estabelecido em lei ou convencionado pelas partes.

31. Dentre os possíveis sentidos a serem atribuídos ao termo “pagamento”, parece-nos mais adequado aquele que identifica o pagamento com a satisfação dos interesses do credor. Não parece ser razoável a restrição do pagamento ao cumprimento dos deveres de prestar compreendidos na relação contratual, pois o pleno alcance dos objetivos do credor só será possível se também os deveres laterais e os deveres de proteção, inclusive pós-contratuais, forem observados pelo devedor.

32. No caso de descumprimento de deveres laterais e de proteção pós-contratuais, é possível afirmar que o pagamento não ocorreu como devido. Assim sendo, se os deveres de conduta descumpridos ainda puderem ser realizados de modo útil ao credor, pode ser sustentada a existência de mora.

33. O atendimento da forma do pagamento determinada pela lei, conforme previsto no artigo 394 do Código Civil brasileiro, requer a observância da boa-fé insculpida no artigo 422 do mesmo diploma, a qual impõe a observância de deveres laterais e de proteção, inclusive, na fase pós-contratual. Portanto, o descumprimento dos deveres de conduta implica violação da forma de cumprimento contratual conforme à boa-fé determinada pela lei ou prevista pelas partes e, consequentemente, caracteriza mora.

34. Em virtude da possibilidade de submissão à mora dos casos incluídos na violação positiva do contrato e da similitude dos efeitos das figuras, não há necessidade de recorrer-se à violação positiva do contrato para explicação do inadimplemento de deveres laterais e de proteção na fase pós-contratual.

35. O inadimplemento de deveres laterais e de proteção, na fase pós-contratual, poderá configurar inadimplemento definitivo se o seu cumprimento não for mais possível ou não tiver mais utilidade para o credor.

36. O fato de os deveres pós-contratuais não poderem ser totalmente concretizados antes que ocorra seu inadimplemento não constitui impedimento para sua execução específica. Tanto no caso dos deveres pós-contratuais de dar, como no caso dos deveres pós-contratuais de fazer, é possível, diante do inadimplemento relativo, exigir sua execução específica. Assim também no caso dos deveres pós-contratuais de não fazer, cujo descumprimento possa ser paralisado, ainda que não possa ser desfeito.

37. Também a execução pelo equivalente dos deveres pós-contratuais é possível, haja vista a possibilidade de transformação do dever de conduta inadimplido em uma prestação pecuniária que a ele equivalha.

38. Apesar de discordarmos que a indenização por perdas e danos seja a única alternativa existente ao credor no caso de inadimplemento de deveres pós-contratuais, é inegável que essa é uma das possibilidades à sua disposição.

39. Diante do inadimplemento de deveres pós-contratuais, também à disposição do credor está a resolução contratual.

40. É parcial a resolução que se opera quando da extinção dos deveres de prestar. Essa extinção tem por objeto apenas esses deveres, de modo que ainda é possível a resolução da porção da relação contratual que se manteve eficaz, isto é, aquela correspondente aos deveres de conduta.

41. Além disso, excepcionalmente, é admissível nova extinção dos deveres de prestar que já tenham sido adimplidos caso se verifiquem dois pressupostos. O primeiro deles é que o descumprimento dos deveres pós-contratuais comprometa a manutenção da satisfação dos interesses do credor à prestação. O segundo pressuposto, por sua vez, é que o comprometimento da satisfação dos interesses do credor à prestação seja substancial e relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. *Extinção dos contratos por incumprimento do devedor (resolução)*. 2. ed. Rio de Janeiro: AIDE Editora, 2004.

ALEMANHA. *Código Civil alemão*. Tradução Souza Diniz. Rio de Janeiro: Récord Editôra, 1960.

ALEMANHA. *German Civil Code*. Disponível em: <http://www.gesetze-im-internet.de/englisch_bgb/>. Acesso em: 24 set. 2016.

ALMEIDA, Carlos Ferreira. *Contratos I. Conceito. Fontes. Formação*. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2014.

ALTERINI, Atilio Aníbal. *Contratos civiles, comerciales, de consumo. Teoría General*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1999.

_____. *Contratos: civiles – comerciales – de consumo – teoria general*. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1998.

ALVES, José Carlos Moreira. A boa-fé objetiva no sistema contratual brasileiro. *Revista Roma e America*, Roma, v. 7, p. 187-204, 1999.

ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1955.

ANDRÉ, Marie-Elisabeth, DUMONT, Marie-Pierre, GRIGNON, Philippe. *L'après-contrat*. Levallois: Éditions Francis Lefebvre, 2005.

ARAUJO, Paulo Dóron Rehder de. Tratamento contemporâneo do princípio da boa-fé objetiva nos contratos. In: JABUR, Gilberto Haddad; JÚNIOR, Antonio Jorge Pereira (coord.). *Direito dos contratos II*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

ARGENTINA. *Código Civil argentino*. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/105000-109999/109481/texact.htm>>. Acesso em: 12 set. 2015.

ASSIS, Araken de. *Resolução do contrato por inadimplemento*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Considerações sobre a boa-fé objetiva em acordo de acionistas com cláusula de preferência: excertos teóricos de dois pareceres. In: *Novos estudos e pareceres de direito privado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Insuficiências, deficiências e desatualização do projeto de código civil na questão da boa-fé objetiva nos contratos. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, ano 89, nº 775, p. 11-17, mai. 2000.

_____. Natureza jurídica do contrato de consórcio (sinalagma direto). Onerosidade excessiva em contrato de consórcio. Resolução parcial do contrato. In: *Novos estudos e pareceres de direito privado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Responsabilidade pré-contratual no Código de defesa do consumidor: estudo comparativo com a responsabilidade pré-contratual no direito comum. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, nº 18, p. 23-31, abr./jun. 1996.

BARBOSA, Rui. As cessões de clientela e a interdição de concorrência nas alienações de estabelecimentos comerciais e industriais. In: *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948. v. XL, t. I.

BETTI, Emilio. *Teoria general de las obligaciones*. Traducción y notas de derecho español por José Luis de Los Mozos. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1969. Tomo I.

BIANCA, Massimo. Il contratto. In: *Diritto civile*. Milão: Giuffrè, 1993. Tomo III.

_____. Il contratto. In: *Diritto civile*. Milão: Giuffrè, 2000. Tomo III.

_____. L'obbligazione. In: *Diritto civile*. Milão: Giuffrè, 1993. Tomo IV.

_____. La nozione di buona fede quale regola di comportamento contrattuale. In: *Rivista di diritto civile*. Padova, ano XXIX, parte primeira, p. 205-216, 1983.

_____. La responsabilità. In: *Diritto civile*. Milão: Giuffrè, 1994. Tomo IV.

BLANC-JOUVAN, Guillaume. *L'après-contrat. Étude à partir du droit de la propriété littéraire et artistique*. Aix-Marseille: Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2003.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos; MARTINS-COSTA, Judith. *Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. *Código Civil brasileiro*. Lei nº 3.071, de 1916 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Último acesso em: 5 nov. 2016.

_____. *Código Civil brasileiro*. Lei nº 10.406, de 2002 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Último acesso em: 5 nov. 2016.

_____. *Código Comercial brasileiro*. Lei nº 556, de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm>. Último acesso em: 5 nov. 2016.

_____. *Código de Defesa do Consumidor brasileiro*. Lei nº 8.078, de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Último acesso em: 5 nov. 2016.

BRECCIA, Umberto. Le obbligazioni. In: IUDICA, Giovanni; ZATTI, Paolo (coords.). *Trattato di diritto privato*. Milão: Giuffrè, 1991.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. São Paulo: Atlas, 2012.

CORDEIRO, António Manuel da Rocha e Menezes. *Da boa-fé no direito civil*. Coimbra: Almedina, 1997.

_____. *Da boa-fé no direito civil*. 6. reimp. Coimbra: Almedina, 2015.

_____. Da pós-eficácia das obrigações. In: _____. *Estudos de direito civil*. Coimbra: Almedina, 1994. v. 1.

_____. *Tratado de direito civil português*. Direito das obrigações. Contratos. Coimbra: Almedina, 2010. v. 2, t. 2.

_____. Violação positiva do contrato. In: *Estudos de direito civil*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. v. I.

_____. *Da modernização do direito civil*. Coimbra: Almedina, 2004. v. I: Aspectos gerais.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. *Direito das obrigações*. 12. ed. Coimbra: Almedina, 2009.

DEARO, Ana Carolina Devito. *O inadimplemento recíproco no contrato de distribuição: caracterização e consequências*. 2014. 184 f. Dissertação de mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade civil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1973. v. I.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. v. 4.

DONNINI, Rogério Ferraz. *Responsabilidade pós-contratual: no direito civil, no direito do consumidor, no direito do trabalho e no direito ambiental*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FABRE-MAGNAN, Muriel. *L'obligation d'information dans les contrats, essai d'une théorie*. Paris: LGDJ, 1992.

FONTAINE, Marcel. Les obligations “survivant au contrat”. In: WÉRY, Patrick (coord.). *La fin du contrat*. Edition Formation Permanente Commission Université-Palais. Université de Liège, 2001.

FORGIONI, Paula A. A interpretação dos negócios empresariais no novo Código Civil brasileiro. *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo, nº 130, p. 7-38, abr./jun. 2003.

FRADA, Manuel A. Carneiro da. *Contrato e deveres de protecção*. Coimbra: Coimbra, 1994.

_____. Os deveres (ditos) “acessórios” e o arrendamento. In: *Cadernos O Direito*. Nº 7 (Temas de direito do arrendamento). 2013.

FRADERA, Véra Maria Jacob de. Apresentação. In: GAZALLE, Gustavo Kratz. *O conceito de mora no Código Civil de 2002*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2008.

FRANÇA. *Code civil français*. Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070721>>. Último acesso em: 26 nov. 2016.

GARCIA, Enéas Costa. *Responsabilidade pré e pós-contratual à luz da boa-fé*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

GAZALLE, Gustavo Kratz. *O conceito de mora no Código Civil de 2002*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2008.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. O princípio da boa-fé objetiva. In: ALVES, José Carlos Moreira; GOZZO, Débora; REALE, Miguel (coord.). *Principais controvérsias no novo*

código civil: textos apresentados no II Simpósio Nacional de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOMES, Orlando. *Obrigações*. São Paulo: Editora Forense, 1961.

_____. *Transformações gerais do direito das obrigações*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1967.

GOMY, Marc. L'autonomie de la clause de non-concurrence post-contractuelle em droit du travail. In: *Études sur le droit de la concurrence et quelques thèmes fondamentaux. Mélanges en l'honneur d'Yves Serra*. Paris: Dalloz, 2006.

GUARISSE, João Francisco Menegol; TIMM, Luciano Benetti. Análise econômica dos contratos. In: TIMM, Luciano Benetti (org.). *Direito e economia no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2012.

HAICAL, Gustavo Luís da Cruz. O inadimplemento pelo descumprimento exclusivo de dever lateral advindo da boa-fé objetiva. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, nº 900, p. 45-84, 2010.

JALUZOT, Beatrice. *La bonne foi dans les contrats: étude comparative des droits français, allemand et japonais*. Paris: Dalloz, 2001.

JORNADA DE DIREITO CIVIL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, I, 2002, Brasília. *Enunciados aprovados*. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/jornadas-de-direito-civil-enunciados-aprovados>>. Acesso em: 2 set. 2016.

JOSSERAND, Louis. *De l'esprit des droits et de leur relativité: théorie dite de l'abus des droits*. 2.éd. rev. et mise au courant de la législation, de la jurisprudence, de la doctrine et du droit comparé. Paris: Dalloz, 1939.

KOHL, Benoit. Les clauses mettant fin au contrat et les clauses survivant au contrat. *Revue de droit des affaires internationales*, Paris, nº 3/4, p. 443-460, 2002.

LARENZ, Karl. *Derecho de obligaciones*. Versión española e notas de Jaime Santos Briz. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1958. Tomo I.

_____. *Derecho de obligaciones*. Versión española e notas de Jaime Santos Briz. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1959. Tomo II.

MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. Classificação dos contratos. In: JABUR, Gilberto Haddad; PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge (coord.). *Direito dos contratos*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

_____. Perdas e danos. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore. (coords.). *Obrigações*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

_____. Responsabilidade contratual. Efeitos. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore. *Teoria Geral dos Contratos*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé como modelo. *Revista Roma e America*, Roma, v. 13, p. 71-97, 2002.

_____. *A boa-fé no direito privado: critérios para a sua aplicação*. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

_____. *A boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. *Comentários ao novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. V, t. I.

_____. *Comentários ao novo Código Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. v. V, t. II.

_____. Critérios para aplicação do princípio da boa-fé objetiva (com ênfase nas relações empresariais). In: FRADERA, Véra Jacob de; MARTINS-COSTA, Judith (coord). *Estudos de direito privado e processual civil. Em homenagem a Clóvis do Couto e Silva*. São Paulo: RT, 2014.

_____. O direito privado como um “sistema em construção” – As cláusulas gerais no projeto do código civil brasileiro. *Revista dos Tribunais*, nº 753, p. 24-48, jul-1998.

MELO, Diogo Leonardo Machado de. Notas sobre a responsabilidade pós-contratual. In: NANNI, Giovanni Ettore (coord). *Temas relevantes de direito civil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2008.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado de direito privado*. [Livro eletrônico]. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. Tomo II.

_____. *Tratado de direito privado*. [Livro eletrônico]. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. Tomo XXII.

_____. *Tratado de direito privado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1958. Tomo XXII.

_____. *Tratado de direito privado*. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1959. Tomo XXIV.

_____. *Tratado de direito privado*. [Livro eletrônico]. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. Tomo XXV.

_____. *Tratado de direito privado*. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1959. Tomo XXVI.

_____. *Tratado de direito privado*. [Livro eletrônico]. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. Tomo XXVI.

_____. *Tratado de direito privado*. [Livro eletrônico]. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. Tomo XXXVIII.

MOSCO, Luigi. *La risoluzione del contratto per inadempimento*. Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1950.

NANNI, Giovanni Ettore. Mora. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore. *Teoria Geral dos Contratos*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

NEVES, José Roberto de Castro. Aspectos da cláusula de não concorrência no direito brasileiro. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, ano 3, nº 12, p. 205-218, out./dez. 2002.

NORONHA, Fernando. Âmbito da responsabilidade civil. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, ano 3, nº 12, p. 39-58, out./dez. 2002.

_____. *Direito das obrigações*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *O direito dos contratos e seus princípios fundamentais: autonomia privada, boa-fé, justiça contratual*. São Paulo: Saraiva, 1994.

PENTEADO, Luciano de Camargo. *Efeitos contratuais perante terceiros*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

PEREIRA, Regis Fichtner. *A responsabilidade civil pré-contratual; teoria geral e responsabilidade pela ruptura das negociações contratuais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. *Cessão da posição contratual*. Coimbra: Atlântida Editora, 1970.

PINTO, Maurício Jorge Mota. A pós-eficácia das obrigações revisitada. *Revista Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, p. 1-73, 2012.

REALE, Miguel. *A boa-fé no Código Civil*. Disponível em: <<http://www.miguelreale.com.br>>. Acesso em: 1 set. 2016.

ROPPO, Vincenzo. Il contratto. In: IUDICA, Giovanni; ZATTI, Paolo (coords.). *Trattato di diritto privato*. Milão: Giuffrè, 2001.

SCHREIBER, Anderson. A tríple transformação do adimplemento: adimplemento substancial, inadimplemento antecipado e outras figuras. *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, ano 8, nº 32, p. 3-27, out./dez. 2007.

_____; TEPEDINO, Gustavo. Direito das obrigações: artigos 233 a 420. In: AZEVEDO, Álvaro Villaça (coord). *Código civil comentado*. São Paulo: Atlas, 2008. v. IV.

SEIBT-FOMBARON, Fabiola Oliveira. *Les relations post-contractuelles*. 2002. 97 f. Mémoire pour le diplôme d'études approfondies – Faculté de droit, de sciences politiques et de gestion de l'Université Robert Schuman de Strasbourg, Strasbourg, 2002. Disponível em: <<http://www-cde.u-strasbg.fr/da/da/AnnexesMemoires/Promo2002/seibt.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto e. *A obrigação como processo*. São Paulo: Bushatsky, 1976.

_____. Dever de indenizar. In: FRADERA, Vera Maria Jacob de. (org.) *O Direito Privado brasileiro na visão de Clóvis do Couto e Silva*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. *A boa-fé e a violação positiva do contrato*. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

_____. *Adimplemento e extinção das obrigações. Comentários aos arts. 304 a 388 do Código Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *Inadimplemento das obrigações. Comentários aos arts. 389 a 420 do Código Civil*. In: MARTINS-COSTA, Judith; REALE, Miguel. *Biblioteca de Direito Civil – Estudos em homenagem ao Professor Miguel Reale*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. v. 7.

STEINER, Renata C. *Descumprimento Contratual: Boa-fé e Violação Positiva do Contrato*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

TOURNEAU, Philippe le. *Droit de la responsabilité et des contrats*. 8. ed. Paris: Dalloz, 2010.

_____. *La responsabilité civile*. 2. ed. Paris: Dalloz, 1976.

UDA, Giovanni Maria. Integrazione del contratto, solidarietà sociale e corrispettività delle prestazioni. In: *Rivista del diritto commerciale*, [local], Padova, n° 5-6, ano LXXXVIII, p. 301-341, mai./jun. 1990.

VARANESE, GIOVANNI. *Il contratto com effetti protettivi per i terzi*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2004.

VARELA, João de Matos Antunes. *Das obrigações em geral*. 10. ed. Coimbra: Almedina, 2013. v. 1.

_____. *Das obrigações em geral*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2009. v. 2.

VINEY, Geneviève. Introduction à la responsabilité. In: GHESTIN, Jacques (org.). *Traité de droit civil*. 3. ed. Paris: LGDJ, 2008.

ZANETTI, Cristiano de Sousa. *Responsabilidade pela ruptura das negociações*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2005.